

Projeto de Lei nº 4275, de 2021

Iniciativa: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Ementa:

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer limites à retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em razão da existência de dívidas previdenciárias dos entes recebedores.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Finanças Públicas

Data de Leitura: 03/12/2021

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada pelo Plenário

Último local: 16/07/2026 - Secretaria de Expediente

Destino: À Câmara dos Deputados

Último estado: 15/07/2026 - REMETIDA À CÂMARA
DOS DEPUTADOS

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 525 de 2026

Despacho:

09/05/2023

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CDR) Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(SF-CAE) Comissão de Assuntos Econômicos

14/07/2026

Aprovação de requerimento

Tramitação Conjunta

Relatoria:

CDR - (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Relator(es):

Senador Irajá (encerrado em 11/03/2025 - Alteração na
composição da comissão)Senadora Professora Dorinha Seabra (encerrado em
27/05/2026 - Deliberação da matéria)

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senadora Professora Dorinha Seabra (encerrado em
14/07/2026 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

15/07/2026 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício SF nº 938, de 2026, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do projeto para
revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

15/07/2026 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

TRAMITAÇÃO

14/07/2026 PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** APROVADA**Ação:** (Sessão Deliberativa Ordinária de 14 de julho de 2026)

Aprovado o Requerimento nº 525, de 2026, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, com o Projeto de Lei nº 1.721, de 2026, por tratarem de matéria correlata.

As matérias passam a tramitar em conjunto. O Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, perde o caráter terminativo.

Aprovado Requerimento nº 302, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para as matérias.

Encaminhado à publicação o Parecer nº 117, de 2026-Plen/SF, proferido pelo Senador Nelsinho Trad como Relator "ad hoc", para leitura do parecer de Plenário da Senadora Professora Dorinha Seabra, favorável ao Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, com as Emendas nºs 1 e 2, e pela tramitação autônoma do Projeto de Lei nº 1.721, de 2026.

Aprovado o Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, com as Emendas nºs 1 e 2, com voto contrário do Senador Eduardo Girão.

Encaminhado à publicação o Parecer nº 118, de 2026-Plen/SF, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final.

Aprovada a redação final.

O Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, vai à Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei nº 1.721, de 2026, retoma sua tramitação autônoma.

*Publicado no DSF Páginas 152-157 - DSF nº 109**Publicado no DSF Páginas 158-160 - DSF nº 109**Publicado no DSF Páginas 51-54 - DSF nº 109**Publicado no DSF Páginas 150-151 - DSF nº 109***14/07/2026** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** APROVADO PARECER NA COMISSÃO**Ação:** Encerrada a relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra por deliberação da matéria.**14/07/2026** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Recebido o Relatório da Senadora Professora Dorinha Seabra.**14/07/2026** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Designada Relatora de Plenário a Senadora Professora Dorinha Seabra.**13/07/2026** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Recebido o Requerimento nº 525, de 2026, da Senadora Professora Dorinha Seabra, solicitando tramitação conjunta do PL 4.275/2021 com o PL 1.721/2026.**10/07/2026** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA**Ação:** Incluído em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária Semipresencial de 14/07/2026. (Pendente de apresentação de requerimentos de urgência e de tramitação conjunta).**28/05/2026** CAE - Comissão de Assuntos Econômicos**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Ação:** Matéria aguardando distribuição.

TRAMITAÇÃO

27/05/2026 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Ação: Encerrada a relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra por deliberação da matéria.

26/05/2026 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Reunida a comissão nesta data, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02 [CDR].
A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

Publicado no DSF Páginas 259-266 - DSF nº 77

22/05/2026 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 09ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, agendada para o dia 26/05/2026.

19/05/2026 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pela relatora, Senadora Professora Dorinha Seabra, sem alterações no relatório.

02/09/2025 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Reunida a comissão nesta data, a matéria é retirada de pauta a pedido da relatora, Senadora Professora Dorinha Seabra, para reexame.

29/08/2025 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 23ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, agendada para o dia 02/09/2025.

28/08/2025 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido, nesta data, relatório pela aprovação da matéria, com as emendas que apresenta.

25/04/2025 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Avocada a relatoria pela Presidente da Comissão, Senadora Professora Dorinha Seabra (art. 129 do RISF).

11/03/2025 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Irajá, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

06/07/2023 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Irajá, para emitir relatório.

18/05/2023 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Ação: No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

10/05/2023 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na Comissão nesta data.

10/05/2023 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 11/05/2023 a 17/05/2023. Perante a CDR.

09/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria vai à CDR e CAE, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 203-216 - DSF nº 70

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

03/12/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 03/12/2021.

Publicado no DSF Páginas 132-136 - DSF nº 201

DOCUMENTOS

PL 4275/2021

Data: 03/12/2021**Autor:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)**Local:** Plenário do Senado Federal**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer limites à retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em razão da existência de dívidas previdenciárias dos entes recebedores.

Avulso inicial da matéria

Data: 03/12/2021**Autor:** Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Encaminhado à publicação, em 03/12/2021.**Descrição/Ementa:** -

Relatório Legislativo

Data: 28/08/2025**Autor:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)**Local:** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**Ação Legislativa:** Recebido, nesta data, relatório pela aprovação da matéria, com as emendas que apresenta.**Descrição/Ementa:** Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei nº 4275, de 2021, do Senador Rogério Carvalho, que Altera Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer limites à retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em razão da existência de dívidas previdenciárias dos entes recebedores.

Listagem ou relatório

Data: 26/05/2026**Autor:** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**Local:** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**Descrição/Ementa:** Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 9ª Reunião CDR

P.S 8/2026 - CDR

Data: 26/05/2026**Autor:** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**Local:** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**Ação Legislativa:** Reunida a comissão nesta data, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02 [CDR].
A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.**Descrição/Ementa:** Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei nº 4275, de 2021, do Senador Rogério Carvalho, que Altera Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer limites à retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em razão da existência de dívidas previdenciárias dos entes recebedores.

RQS 525/2026

Data: 13/07/2026**Autor:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

DOCUMENTOS

Local: Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Recebido o Requerimento nº 525, de 2026, da Senadora Professora Dorinha Seabra, solicitando tramitação conjunta do PL 4.275/2021 com o PL 1.721/2026.**Descrição/Ementa:** Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 1.721/2026 com o Projeto de Lei nº 4.275/2021.

Relatório Legislativo

Data: 14/07/2026**Autor:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Recebido o Relatório da Senadora Professora Dorinha Seabra.**Descrição/Ementa:** Parecer de Plenário ao PL 4275/2021 - PLENÁRIO - Senadora Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO

OF 239/2026 - Gabinete do

Data: 14/07/2026**Autor:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)**Local:** Plenário do Senado Federal**Descrição/Ementa:** Declaração de voto contrário ao PL 4.275/2021.

P.S 118/2026 - PLEN

Data: 14/07/2026**Autor:** Comissão Diretora do Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária de 14 de julho de 2026)
Aprovado o Requerimento nº 525, de 2026, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, com o Projeto de Lei nº 1.721, de 2026, por tratarem de matéria correlata.
As matérias passam a tramitar em conjunto. O Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, perde o caráter terminativo.
Aprovado Requerimento nº 302, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para as matérias.
Encaminhado à publicação o Parecer nº 117, de 2026-Plen/SF, proferido pelo Senador Nelsinho Trad como Relator "ad hoc", para leitura do parecer de Plenário da Senadora Professora Dorinha Seabra, favorável ao Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, com as Emendas nºs 1 e 2, e pela tramitação autônoma do Projeto de Lei nº 1.721, de 2026.
Aprovado o Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, com as Emendas nºs 1 e 2, com voto contrário do Senador Eduardo Girão.
Encaminhado à publicação o Parecer nº 118, de 2026-Plen/SF, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final.
Aprovada a redação final.
O Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, vai à Câmara dos Deputados.
O Projeto de Lei nº 1.721, de 2026, retoma sua tramitação autônoma.

Descrição/Ementa: Parecer nº 118, de 2026-Plen/SF, da Comissão Diretora, de redação final.

P.S 117/2026 - PLEN

Data: 14/07/2026**Autor:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)**Local:** Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária de 14 de julho de 2026)
Aprovado o Requerimento nº 525, de 2026, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, com o Projeto de Lei nº 1.721, de 2026, por tratarem de matéria correlata.
As matérias passam a tramitar em conjunto. O Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, perde o caráter terminativo.
Aprovado Requerimento nº 302, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para as matérias.
Encaminhado à publicação o Parecer nº 117, de 2026-Plen/SF, proferido pelo Senador Nelsinho Trad como Relator "ad hoc", para leitura do parecer de Plenário da Senadora Professora Dorinha Seabra, favorável ao Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, com as Emendas nºs 1 e 2, e pela tramitação autônoma do Projeto de Lei nº 1.721, de 2026.
Aprovado o Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, com as Emendas nºs 1 e 2, com voto contrário do Senador Eduardo Girão.
Encaminhado à publicação o Parecer nº 118, de 2026-Plen/SF, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final.

DOCUMENTOS

Aprovada a redação final.
O Projeto de Lei nº 4.275, de 2021, vai à Câmara dos Deputados.
O Projeto de Lei nº 1.721, de 2026, retoma sua tramitação autônoma.

Descrição/Ementa: Parecer nº 117/2026-PLEN/SF.

Minuta

Data: 15/07/2026

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o texto revisado.

Autógrafo - PL 4275/2021

Data: 15/07/2026

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 938, de 2026, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer limites à retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em razão da existência de dívidas previdenciárias dos entes recebedores.

OFSF 938/2026

Data: 15/07/2026

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 938, de 2026, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

Descrição/Ementa: Encaminha à revisão da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4275, de 2021.